

TRIBUNOS, PROFETAS E SACERDOTES: INTELECTUAIS E IDEOLOGIAS NO SÉCULO XX

Roberto Oliveira Rocha
Universidade Federal de Minas Gerais
✉ oliveira-rocha@outlook.com

“(…) profecias históricas nada mais são que projeções fantasiosas de desejos políticos num futuro distante”
(LAMOUNIER, 2014).

Bolívar Lamounier, sem sombra de dúvidas, insere-se no espaço destinado aos principais cientistas sociais do Brasil das últimas décadas. Autor de uma vasta e diversificada obra, como “*Os partidos e as eleições no Brasil*” (1975), livro organizado em parceria com Fernando Henrique Cardoso; “*A ciência política nos anos 80*” (1982) e “*Da Independência a Lula: dois séculos de história política brasileira*” (2005), este intelectual se destaca através da verve crítica e da escrita elegante, além, é claro, da capacidade analítica exemplar, como uma “autoridade” interpretativa sobre aspectos essenciais da realidade sócio-política brasileira.

O autor, cientista político, graduado em sociologia e política pela UFMG¹ e pós-doutor pela Universidade da Califórnia em Los Angeles, demonstra, em sua última obra, “*Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*” (2014), uma precisão cirúrgica na tentativa de compreender como o liberalismo, ou a ausência dele, se conecta ao papel

¹ Universidade Federal de Minas Gerais

político dos intelectuais, ou “tipos” de intelectuais, que habitam em seus contextos. Antes, porém, é bom que se afirme: este livro está dentre aqueles que, com cuidado e zelo, vão inebriando os leitores e os faz pensar sobre o que é lido. Algo nem sempre conquistado quando se está diante de uma obra que trata, grosso modo, de uma história das ideias, ou melhor, do impacto dessas ideias sobre o mundo social.

Qual seria, pois, o diferencial apresentado por Lamounier na referida obra? Quais são seus aspectos centrais? Qual o empreendimento realizado e qual é a qualidade do que é ofertado? Em relação a essas questões, as respostas podem ser inferidas com a explanação que faremos a seguir, levando em consideração as principais ideias apresentadas em “*Tribunos, profetas e sacerdotes*”. A bem da verdade, o livro espelha o seu autor. Nele são esmiuçados, ponto a ponto, os objetivos centrais da análise. Assim, podemos afirmar: quase nada escapa ao seu olhar e à sua análise.

“*Tribunos, profetas e sacerdotes*” se divide em nove capítulos, mais um interessante prólogo. Se pudermos fazer uma classificação mais genérica, destacamos que os três primeiros capítulos discutem, teórica e conceitualmente, as abordagens sobre “o intelectual”, sobre liberalismo ou antiliberalismo, e como os papéis ocupados por aqueles atores (os intelectuais) têm reflexos além do plano das ideias. Os três capítulos posteriores são estudos comparativos sobre as experiências vivenciadas por contextos díspares, como Rússia, Alemanha e Estados Unidos. E, por fim, os três últimos capítulos abordam o caso do Brasil, contendo um toque especial através de ensaios que irão tratar de dois intelectuais que são contrapostos, na classificação efetuada por Lamounier: Oliveira Vianna e Sérgio Buarque de Holanda.

O desenvolvimento do texto em questão começa por explicitar o que é um intelectual e qual o papel que ele desempenha, ou deveria desempenhar, na

vida política. Deixando sua compreensão mais clara, e tentando evitar um viés classista ou elitista que se possa atribuir à sua reflexão, o autor afirma que os intelectuais, para assim poderem ser classificados, devem contemplar três traços: “um nível educacional elevado, identificação com valores públicos e disposição a se engajar na atividade política para defender tais valores” (p. 22). O primeiro aspecto é autoexplicativo e evita englobar aqueles que apenas se “diplomam”; o intelectual seria o ator que reflete, elabora e desenvolve o conhecimento aprendido. O segundo aspecto serve para diferenciar o intelectual de um simples ideólogo, tendo em vista que enquanto este se prende às suas crenças, aquele permanece, ou deve permanecer, aberto à reavaliação de suas convicções. O último aspecto, acompanhando a trilha argumentativa do autor, sinaliza que após os dois passos anteriores, o “verdadeiro” intelectual tende, ou deveria tender, a sair da zona da vida cultural ou científica e adentrar na zona da vida pública.

Decorrente deste pensamento, Lamounier desenvolve três tipos ideais², seguindo a construção clássica de Max Weber, para compreender o papel dos intelectuais no conturbado século XX. Seriam eles: o *tribuno*, ou seja, o intelectual que utiliza “seus recursos intelectuais e seu prestígio para defender uma pessoa, um grupo social ou uma instituição – no limite, a estrutura constitucional de seu país – de riscos que considera imediatos” (p. 25); o *profeta*, ou seja, o intelectual que se imbuí na missão de transmitir uma mensagem de salvação, assim, este tipo seria “um iluminado, um visionário” (Idem); e o *sacerdote*, ou seja, o intelectual que se apresenta como conhecedor dos “livros sagrados” e que, por este motivo, em virtude de sua sabedoria e autoridade, indicaria o caminho correto e justo a ser seguido.

² Tal qual Weber (2004) Lamounier explicita que tais tipos ideais servem como construção heurística de interpretação, algo como “arquetipos”, que, na maior parte das vezes, não se mostra, realisticamente, na sua inteireza ou na sua “pureza”.

Antes, porém, o autor lança uma questão: existiria ainda “o” intelectual? Não teria o intelectual desaparecido juntamente com a especialização crescente do conhecimento, já que tal fato solapa o primeiro postulado das características prenes a alguém que se destaca por sua intelectualidade? Lamounier salienta que houve, sim, três mortes do intelectual e convida o leitor a fazer um passeio pelo século XX para entender o porquê de Polsner (2003), em “*Public Intellectuals: a study of decline*”, ter declarado sua morte e inclusive ter atribuído tal fato ao próprio “intelectual”.

A morte do intelectual tribuno, segundo Lamounier, é fruto da força e da ironia do seu tempo. Ela tem seu ponto irruptivo com a escalada de terror da Segunda Guerra e seu conseqüente impacto sobre o ideário de esquerda compartilhado no seio da comunidade acadêmica. Ainda assim, uma obra fundamental como *O arquipélago Gulag* (1973), de Aleksandr Soljenítsin, foi inicialmente rechaçada pela *intelligentsia* brasileira em virtude da realidade traduzida do que o “socialismo real” provocava na União Soviética. Algo memorável nos dias de hoje, observando-se o estilo sarcástico de Lamounier, ao se ver o apoio de que a ditadura castrista em Cuba ainda goza em certos meios acadêmicos. No entanto, é importante destacar, o intelectual tribuno conta com nomes condizentes às suas reivindicações. Nesse contexto podem ser destacados, por exemplo, Euclides da Cunha que, através de *Os Sertões*, “conferiu forma humana aos beatos de Antônio Conselheiro” (p. 32); a luta do poeta Federico García Lorca na defesa dos ciganos na Espanha; a cubana Yoani Sánchez, que se vale do jornalismo para se opor às agruras da realidade repressiva em seu país; os jornalistas Bob Woodward e Carl Bernstein, deflagradores do caso *Watergate* nos EUA; entre outros.

É importante que se ressalte, desde já, que há um *gap* na argumentação do autor neste ponto específico do texto. Não se fica visível para o leitor quais os impactos da morte do intelectual tribuno, nem tampouco se estabelece uma

explicação mais direta entre o que Bolívar Lamounier aponta como a morte e a “ressurreição” de tal intelectual. Entende-se a lógica argumentativa, mas falta conteúdo que a comprove³.

Tal problema não acontece, por exemplo, quando o autor destaca as mortes dos intelectuais profetas e sacerdotes. Os profetas, embebidos numa compreensão escatológica da sociedade, acabam muitas vezes presos a um anseio romântico da sociedade. É o que ocorreu, por exemplo, com as ideias positivistas de Augusto Comte e o marxismo-leninista, devidamente explorados no texto. Os sacerdotes, por sua vez, enquanto guardiões dos livros e das doutrinas, sucumbem a um idealismo que nem sempre encontra ressonância com os aspectos sociológicos inerentes à sua própria condição. Assim aconteceu, segundo Lamounier, com Louis Althusser, que tentava iluminar e guiar o Partido Comunista francês, e com o filósofo alemão Martin Heidegger, seu exemplo mais expressivo. Heidegger, importante e controverso intelectual, foi um dos grandes nomes, ou mesmo o principal, do existencialismo. Já aclamado em seu tempo, este pensador sistematiza, seguindo a elucidação de Lamounier, através de suas obras como *Ser e Tempo* (1927), conceitos que irão, sub-repticiamente, aludir à necessidade da Alemanha de encontrar um líder que a conduzisse a um destino de superioridade; daí a adesão de Heidegger ao nazismo, tendo atuado inclusive como reitor da Universidade de Freiburg durante o regime hitlerista. A bem da verdade, Lamounier acaba “zombando” da real capacidade sacerdotal heideggeriana, afirmando, por exemplo, que “ele talvez nunca tenha passado de um provinciano aferrado ao seu chão, incapaz de se desamarrar de seu chalé na Floresta Negra” (p. 43). No entanto, cabe aqui ressaltar que o autor de “*Tribunos, profetas e sacerdotes*” utiliza, em toda a sua compreensão sobre a

³ Mesmo que tais pontos tenham sido destacados, *en passant*, no Prólogo (p. 16-17), teria sido mais interessante retomar a alguns pontos neste momento do texto.

atuação do referido filósofo alemão e sua ligação ao nazismo, a obra de um único autor (o filósofo chileno Víctor Farías). Teria sido mais interessante, e mais enriquecedor, se tal perspectiva fosse contrastada, por exemplo, com a obra de Rüdiger Safranski, “*Heidegger – um mestre na Alemanha entre o bem e o mal*” (2005), apontada como uma das melhores biografias sobre o polêmico filósofo. Os leitores teriam, assim, visões complementares sobre alguns aspectos destacados tão rapidamente no texto.

Prosseguindo na argumentação, o intelectual também seria vítima, conforme aponta Lamounier, do expressivo aumento da especialização acadêmica, da evolução dos mecanismos audiovisuais e da internet e, de igual maneira, da existência de regimes antiliberais, além da ausência, nos países subdesenvolvidos, de uma “vida intelectual academicamente centrada” (p. 44). De certo modo, percebe-se, neste elenco de fatores, um certo teor saudosista, ou até mesmo, “anti-moderno”, na explicitação de Lamounier. Por certo há fatores inibidores de uma “vida intelectual” mais profunda, mas certamente um apego ao “passado” não é, a nosso ver, uma forma propositiva de fomentar, nas palavras do próprio autor, o soerguimento do “esquálido intelectual de minha imagem pictórica” (p. 50).

Não obstante a ressalva acima, uma das partes mais interessantes do livro diz respeito à diferenciação tipológica esclarecida por Lamounier sobre as comunidades intelectuais. Acorrendo ao que é feito no decorrer da obra, o autor as diferencia em três tipos: *pensadores individuais*, sendo aqueles que possuíam formação humanística e que, quase que atomizadamente, produziam e apresentavam suas ideias - tal tipo se encontraria em vias de extinção com a expansão das universidades; *intelligentsias*, comunidades intelectuais surgidas num contexto liberal, e que, não raramente, desenvolveram identidades política ou ideológica em comum, como os teóricos do nacional-desenvolvimentismo brasileiro dos anos 1950, e que, além disso, se

destacavam por serem uma comunidade diversificada e conectada à estrutura de classes; e as *comunidades academicamente centradas*, surgidas na segunda metade do século XX, que se destacam por seu caráter “profissional” de execução do trabalho científico e, como consequência, pelo caráter seletivo e entrópico da experiência educacional (p. 56) - como exemplo poderíamos destacar as universidades que lideram os *rankings* de avaliação científica.

Bolívar Lamounier, um intelectual tribuno na melhor acepção do termo, sabe, portanto, que o intelectual acompanha e reflete a conjuntura que experimenta e vivencia. Dessa forma, o autor, na tentativa de identificar os componentes liberais e antiliberais das posturas desses atores do mundo social, diagnostica que faz-se necessário alinhar a análise junto a três outros vetores históricos: a *construção do Estado*, a *industrialização* e a *tematização do regime político*. Tais circunstâncias serão “definidoras”, na sua visão, para entender as diferenciações explicitadas ao se tomar como foco de estudo os casos da Rússia, da Alemanha, dos Estados Unidos e do Brasil.

Talvez faça-se necessário retomar aqui uma explicitação do autor, abordada no *Prólogo* de “*Tribunos, profetas e sacerdotes*”, para entender tal construção. Segundo Lamounier, liberalismo e antiliberalismo “diferem no nível mais abstrato de suas premissas a respeito do conhecimento e da natureza humana, no nível das estipulações intermediárias acerca da estrutura social, do Estado e do Direito, e no mais concreto, em tudo o que concerne às formas de organização de seus respectivos regimes” (p. 12). Desse modo, tratar do liberalismo significa tratar da democracia, ou melhor, da democracia liberal/representativa. No seu inverso, tratar do antiliberalismo, tomando as experiências do século XX, significa remeter ao fascismo, ao marxismo e suas derivações. Daí que os destaques feitos anteriormente ganham uma importância relevante e reveladora. Porém, faz-se necessário observar que a construção feita aqui pode resvalar numa categorização com a presença de

forte “viés” para o que o autor aponta como nexos causais entre uma coisa e outra. O perigo que se revela é a tendência de que o conteúdo seja por demais normativo na análise empreendida.

Antes de trazer esta discussão para o cenário brasileiro, Lamounier aborda três casos extremamente interessantes – Rússia, Alemanha e Estados Unidos – para se compreender a preponderância de ideais liberais versus antiliberais, conectando-os aos três vetores históricos mencionados anteriormente. Trataremos rapidamente das principais diferenciações apontadas em “*Tribunos, profetas e sacerdotes*”, tendo em vista que o autor elabora uma construção bastante acurada sobre os pontos em questão. Desse modo, o que é escrito sobre a Rússia é como a centralização do Estado, junto a uma industrialização que promovia o crescimento do número de operários e de estratos médios, além de um regime político assentado num forte caráter autoritário, implicou na expansão do componente antiliberal expresso, sobremaneira, pela *intelligentsia* da União Soviética/Rússia. Se predominaram intelectuais profetas e sacerdotes, como Lênin, outros, de perfil tribuno e também dissidente, começaram a provocar fissuras sobre o entendimento do que era vivenciado naquele país, os destaques aí se direcionam a figuras como o já mencionado Alexander Soljenítsin com “*O arquipélago Gulag*”, Boris Pasternak, autor de “*O Doutor Jivago*”, e o cientista Andrei Sakharov. Não obstante a modernização almejada pós-colapso da URSS, um regime democrático liberal não foi alcançado no caso russo, tendo em vista a ascensão de Vladimir Putin, seu líder mais proeminente nos tempos recentes.

A Alemanha, com suas devidas ponderações, também foi marcada por uma estrondosa vertente antiliberal, como pode ser visualizado ao se tomar a experiência do nazismo. Bolívar Lamounier argutamente afirma que este é “o país onde a ‘superestrutura’ rugiu mais alto, e sempre, até a Segunda Guerra Mundial” (p. 79). Isto mesmo apresentando taxas educacionais e de

industrialização muito mais avançadas do que outras nações da Europa. O autor destaca algumas questões para explicar esse cenário: primeiro, a Alemanha apresentava um forte componente nacionalista – um “nacionalismo romântico” (p. 82) - na sua interpretação do Estado, não sem razão desembocando numa ideologia conservadora de superioridade étnica e racial. A industrialização atuou como fator de objeção tanto social quanto culturalmente, pelo caráter modernizador intrínseco a si. De igual modo, a tematização do regime político repousava numa ambiguidade: presença de parlamentos e partidos fortes, mas sem um experimento verdadeiramente democrático. Assim, não é estranho que intelectuais sacerdotes como Hegel e Johann Fichte, em séculos antecedentes, depois fossem “representados” por alguém como Heidegger. Já intelectuais tribunos, como Hannah Arendt e Karl Mannheim, por sua vez, tiveram que fugir das agruras da perseguição hitlerista.

Os Estados Unidos podem ser considerados, segundo Lamounier, o país que revoluciona culturalmente o liberalismo. E o faz nos seguintes movimentos: em primeiro lugar, é lá que se percebe, claramente, um caráter liberal tanto no âmbito da cultura como do sistema político. Em segundo lugar, a forte industrialização vivenciada entre o final do século XIX e início do século XX possibilitou um enriquecimento expressivo da população americana. Em terceiro lugar, a democracia encontrou ali uma de suas expressões mais explícitas. Desse modo, os EUA propiciaram que houvesse a organização de uma comunidade intelectual centrada e baseada em universidades de reconhecido mérito e prestígio – inclusive criadas e incentivadas por indivíduos liberais – que terminam por formar uma cadeia virtuosa com a expansão de recursos humanos altamente qualificados. Historicamente, no entanto, Lamounier destaca pontos de inflexão, como a questão racial americana e a experiência do macarthismo, mas também aponta

como aspectos que resvalam na soberania popular e na própria concepção democrática permitiu romper, mesmo que insuficientemente, agruras do passado.

A escolha dessas três experiências, apesar de serem sustentadas teórica e conceitualmente, gera questionamentos que o autor não destaca: qual o impacto que essas diferenciações geraram em outros contextos? Há, na obra, referências muito esparsas em relação a países latino-americanos e asiáticos. No entanto, permanece uma certa dúvida a respeito de porque terem sido destacados e abordados esses três países. Além disso, mesmo na discussão sobre estes casos há pontos que são tratados de forma muito breve, como, por exemplo, na reflexão sobre o sistema político nos casos da Alemanha e dos Estados Unidos.

Após esse percurso analítico, Lamounier trata, seguindo as linhas traçadas em relação aos casos acima, do caminho entre liberalismo e antiliberalismo vivenciado pelo Brasil. Desse modo, no que se refere à construção do Estado o autor perfaz a trajetória que vai da proclamação da república até a Segunda Guerra; em relação à industrialização, o foco vai do segundo pós-guerra até 1964; e o terceiro, sobre a tematização da democracia que vai de 1964 a 1988, percorrendo também o momento presente. Do exercício de análise e interpretação, Lamounier aponta a existência de um movimento no qual se observam momentos de autoritarismo e de liberalismo. Assim sendo, o Brasil seria mais liberal do que Rússia e Alemanha, mas menos liberal do que os EUA. As hipóteses podem ser visualizadas tendo por base que a constituição de 1891, ao preservar uma noção de Estado federativo e representativo, possuía uma fundamentação liberal que será perdida na metade do século XX, com um claro viés antiliberal do qual o integralismo pode ser considerado um dos principais exemplos, caindo até mesmo numa retórica fascista. A fase de industrialização se assentou na premissa de um nacional-

desenvolvimentismo, onde o que importava, no fundo, era crescimento econômico sem muito questionamento do regime político em vigor. A terceira fase, onde se tematiza o regime político, é trabalhada no sentido de perceber como um momento de ruptura institucional, a Ditadura Militar, significou a manutenção de algumas regras políticas (eleições periódicas, para exemplificar), mas alterou novamente o caráter liberal ou antiliberal da constituição sócio-política do país. Abrindo um parêntese, Lamounier argumenta que na verdade houve um fortalecimento, *a fórceps*, do liberalismo (p. 177). Em parte, até mesmo, pelo próprio descrédito dos governos militares na América Latina. Este ponto, apesar da argumentação do autor, ensejaria um maior esclarecimento sobre esta inferência, tendo em vista a larga literatura divergente em relação a este tema. O retorno à democracia, por outro lado, demonstrou, e continua a demonstrar, que componentes liberais são importantes no caso brasileiro, apesar de que representações antiliberais na cultura intelectual nacional ainda se encontra bastante arraigada. Este ponto é bastante interessante por demonstrar que certos perfis intelectuais, como correntes da esquerda, levam a posicionamentos bastante dissonantes da perspectiva liberal.

Os dois capítulos finais são, respectivamente, um ensaio sobre Oliveira Vianna e outro sobre Sérgio Buarque de Holanda. Pode-se dizer, sem medo de errar, que apenas essas duas reflexões já valeriam a leitura do livro. O autor dialoga e exemplifica com esses dois intelectuais alguns dos pontos-chave: Oliveira Vianna pode ser considerado um intelectual sacerdote e comportava um profundo sentimento antiliberal em suas obras, algo muito bem explicitado por Lamounier. Sérgio Buarque de Holanda seria o seu oposto: um intelectual tribuno, com forte contribuição política no que se refere à democracia brasileira e, mesmo que não tenha expresso, continha um

posicionamento claramente liberal. O leitor encontrará essas facetas, cuidadosamente desenvolvidas, durante a leitura do livro.

No entanto, cabe aqui uma observação. Lamounier, ao destacar o “perfil” de um intelectual tribuno, e ao tomar, no caso do Brasil, o exemplo do Sérgio Buarque, comete ao menos uma falha: não nos satisfaz o esquecimento efetuado em relação à obra de outro intelectual que tratou, com rigor e primor, da influência da colonização ibérica neste país, ou seja, Raymundo Faoro. A bem da verdade, Faoro só é citado, quase que acidentalmente, na contextualização sobre o final da Ditadura Militar, ao se afirmar que ele era presidente da OAB (p. 166). Apenas isto! Se “*Raízes do Brasil*” (1936), obra principal de Holanda, é um ponto de reflexão sobre a constituição do Brasil enquanto nação, não menos importante é “*Os donos do poder*” (1958), obra volumosa e acurada sobre a formação do patronato brasileiro e que aprofundou a inserção de uma interpretação weberiana que ainda engatinhava por aqui. É certo que Lamounier não enseja, em seu livro, dissecar todos os pontos no que diz respeito a esta temática, mas esta omissão, certamente, deve ser levada em consideração.

Outro ponto que é digno de nota, e que o autor poderia ter refletido, é se não há, no final das contas, uma sobrevalorização da influência dos “intelectuais” nos processos destacados em “*Tribunos, profetas e sacerdotes*” e que apontamos aqui. De algum modo, há um certo tom nostálgico sobre um tempo remoto onde estes atores tomavam a dianteira nos processos de mudança sócio-política. Isto desemboca em outro paralelo: Bolívar Lamounier disserta, com certa insistência, sobre os perigos dos componentes antiliberais expressos por parcelas da *intelligentsia* ou de intelectuais contemporâneos, segundo ele, capazes de alimentar alguns “ovos de serpente” que podem atentar contra a democracia representativa. Não se nega que isso seja possível,

mas seria este, realmente, o vetor explicativo? Este é um questionamento que permanece quando finda a leitura da obra.

Dito tudo o que foi posto até aqui, o que se extrai é: “*Tribunos, profetas e sacerdotes*”, este empreendimento louvável do cientista político Bolívar Lamounier, merece ser lido atentamente, dos agradecimentos ao índice remissivo, porque, sem sombra de dúvidas, é uma obra memorável e que nos instiga a sair do lugar comum, fazendo pensar e questionar o que é posto no avançar de suas páginas. Trata-se, pois, da consolidação do intelectual Bolívar Lamounier na trilha dos tribunos, algo já previsível para quem observa sua trajetória acadêmica, e que encontra na referida obra uma de suas máximas expressões!

Referências

- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato brasileiro*. Rio de Janeiro: Globo, 1998.
- LAMOUNIER, Bolívar. *Tribunos, profetas e sacerdotes: intelectuais e ideologias no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- POLSNER, Richard A. *Public Intellectuals: a study of decline*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- SAFRANSKI, Rüdiger. *Heidegger – um mestre na Alemanha entre o bem e o mal*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.